



Conferências Regionais do Partido Operário Revolucionário

2017



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**
MASSAS

Índice

Apresentação	03
Pontos sobre a crise econômica e política	07
Proposta de resolução sobre o governo Temer. Combater o governo golpista com o programa e os métodos da classe operária	19
Propostas de resoluções à conferência.....	23
Proposta de resolução sobre o Estado de São Paulo.....	29

Apresentação

A Conferência Regional de São Paulo foi realizada no dia 21 de janeiro de 2017. No dia seguinte, ocorreu a Escola de Quadros, baseada no documento de Guilherme Lora “Projeto de Informe sobre América Latina, de 1977. Nesse dia, também, foi lançado o livro “As Esquerdas no Brasil - o trotskismo diante da tarefa de constituir o partido revolucionário”.

Participaram da Conferência militantes de São Paulo, Paraná e Rondônia. Contou com um informe da situação política (“Pontos sobre a econômica e política”), resoluções (sobre o governo Temer, sobre o estado de São Paulo e sobre as reformas trabalhista, da previdência, do ensino médio, reforma da reforma agrária, ajuste fiscal e reforma política). Fez parte da Conferência um informe de atividades de cada frente. Sobre a situação internacional, a Conferência regional se apoiou no documento aprovado pelo Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, de forma que não foi redigida uma resolução específica para a Conferência.

O seu trabalho se iniciou com o informe da situação mundial, destacando: 1) a continuidade do processo de desintegração do capitalismo mundial, golpeado pela crise de superprodução; 2) a ofensiva do imperialismo sobre os países semicoloniais; 3) os conflitos inter-imperialistas que se manifestam nos impasses da União Europeia; 4) o impulso

das tendências bélicas que indicam o acirramento da guerra comercial, em particular no Oriente Médio e na Ásia; 5) a necessidade dos governos descarregarem a desintegração do capitalismo sobre as massas; 6) o fortalecimento das tendências do nacionalismo xenófobo e fascizante; 7) as profundas contradições do capitalismo nos Estados Unidos e mundial que deram lugar à eleição de Trump; 8) os retrocessos na América Latina marcados pelo avanço da restauração capitalista em Cuba e pelo acordo na Colômbia que liquida as Farcs; 9) esgotamento dos governos nacional-reformistas e ofensiva das forças da direita burguesa francamente pró-imperialista; 10) as tendências de luta do proletariado mundial, assinaladas pelas greves na França, e das camadas da pequena-burguesia urbana golpeadas pela crise econômica; 11) a luta pela independência da classe operária diante da burguesia, seus governos e seus agentes que controlam os sindicatos; 12) o trabalho voltado a penetrar o programa da revolução proletária no seio dos explorados e construção do partido marxista-leninista-trotskista; 13) o lugar do Comitê de Enlace no trabalho nacional e internacional voltado à superação da crise de direção e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional; 14) a vigência do programa que encerra a estratégia e o princípio da bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina; 15) a luta proletária e da maioria oprimida contra a ofensiva do imperialismo e a aplicação da tática da frente única anti-imperialista. Em torno do rico informe, se realizou uma calorosa discussão sobre o caráter estrutural da crise mundial, as leis econômicas e históricas do capitalismo da época imperialista, a luta revolucionária na América Latina, a importância da presença do POR na Bolívia, a necessidade de se aprimorar o trabalho coletivo do Comitê de Enlace e os vínculos da grave crise por que passa o Brasil com a crise mundial e suas manifestações na América Latina.

Após essa discussão, foi dado o informe nacional, em que se destacou: 1) a natureza econômica, política e social do golpe institucional que derrubou o governo petista; 2) o lugar da fração paulista da burguesia nacional na condução do golpe; 3) o caráter oligárquico da democracia e

dos partidos burgueses; 4) a mecânica das classe sociais diante da crise de governabilidade e do movimento golpista; 5) o fracasso do nacional-reformismo petista, que se curvou diante do grande capital e do imperialismo; 6) a frente popular como instrumento tático da política estratégica de conciliação de classes do PT e aliados; 7) o movimento anti-impeachment subordinado à democracia burguesa e às instituições do Estado burguês; 8) a reorganização do PT no campo da oposição burguesa; 9) a continuidade da política de conciliação de classes pós impeachment; 10) a colaboração da burocracia sindical com as demissões em massa e a aplicação da flexibilização capitalista do trabalho resultam em traição aos interesses dos explorados; 11) a impotência do reformismo e da burocracia sindical diante das reformas antinacional e antipopular de Temer; 12) a incompreensão, os erros e o oportunismo das esquerdas centristas diante do golpe; 13) as tarefas diante da ofensiva capitalista contra as massas e as reformas do governo golpista; 14) a luta pela independência do proletariado; 15) o vínculo das reivindicações dos explorados e do combate ao governo pró-imperialista de Temer com a estratégia própria de poder do proletariado, do governo operário e camponês e da ditadura do proletariado.

O informe foi submetido à discussão. Inúmeros delegados e participantes analisaram aspectos da crise econômica e política, convergindo para a avaliação de que as posições do POR têm sido confirmadas pelos acontecimentos e que se trata de avançar na organização partidária.

A segunda parte da Conferência foi dedicada aos balanços das frentes e das regionais. Realizou-se uma discussão crítica e autocrítica sobre a necessidade de organizar o partido no seio da classe operária.

Neste folheto, publicamos os documentos e resoluções discutidos e aprovados na Conferência. Trata-se do esforço de elaboração coletiva. Entregamos à militância e à classe operária para que submetam ao exame crítico. Nosso objetivo é a da construção do Partido Operário Revolucionário.

17 de fevereiro de 2017

Pontos sobre a crise econômica e política

Lutar com a estratégia própria do proletariado

1. As frações mais poderosas da burguesia nacional desenvolvem seus negócios e promovem seus interesses a partir dos estados mais avançados da União, em particular, o de São Paulo. Eis por que influenciam decisivamente sobre as condições econômicas e políticas abrangentes a todo o País. Em última instância, acabam por prevalecer sobre o conjunto das frações das demais regiões.
2. As diferenças entre as frações do Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte refletem o desenvolvimento desigual e combinado da estrutura capitalista típica de um país de economia atrasada e semicolonial. O Sudeste e Sul concentram a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB). O estado de São Paulo continua sendo o carro-chefe das forças produtivas industriais e sede do capital financeiro.
3. O Centro-Oeste, Nordeste e Norte conservam em maior magnitude a preponderância da economia agrária. Embora a agroindústria tenha penetrado em toda a parte, ainda subsistem as formas produção pré-capitalistas,

- baseadas quase que inteiramente no trabalho braçal e familiar, bem como em meios de produção arcaicos.
4. Certamente, há importantes diferenças quanto às formas e gradação do desenvolvimento de estado para estado. A unidade nacional se forma sobre a base de maior ou menor heterogeneidade entre regiões e estados. A burguesia nacional espelha essa realidade histórico-econômica e, portanto, sua presença no Estado e sua dominação sobre a maioria explorada.
 5. A classe operária se formou e se desenvolveu a partir do Sudeste, principalmente do estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Com a industrialização, aí se concentrou. O campesinato se reduziu a uma minoria. No estado de São Paulo, quase desapareceu com a penetração da agroindústria. Mas continua com presença ainda marcante nos estados do Sul e, em certa medida, no estado de Minas Gerais, Sudeste. Constituiu-se uma ampla pequena-burguesia urbana, mas também concentrada no Sudeste e Sul.
 6. Distintamente das demais classes oprimidas – camponeses e pequena-burguesia urbana -, o proletariado é a classe revolucionária por excelência. O fato de ser minoritária, concentrada no Sudeste e Sul e espalhada por todo o território nacional nem lhe retira, nem diminuiu seu lugar de dirigente das lutas contra a burguesia e seu poder de classe. A pequena burguesia urbana, por sua vez, é muito heterogênea.
 7. O golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff expôs claramente a mecânica das classes sociais em uma situação particular de impasse na política burguesa. O grande capital já não admitia manter no comando do Estado um partido que não lhe era orgânico. Em outras palavras, que não expressava diretamente uma de suas mais poderosas frações. Não por acaso, o PT para governar teve de se aliar com um dos partidos mais importantes da burguesia, o PMDB.
 8. O PT chegou ao terceiro mandato com grande dificuldade. O capital financeiro se viu diante do risco de a

política econômica de Dilma não dar conta da elevação da dívida pública e se converter em um grande obstáculo ao pagamento da gigantesca carga de juros. É certo que a crise que levou ao impeachment do segundo governo de Dilma Rousseff teve sua origem já no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas se concentrou no terceiro governo petista devido à impossibilidade de garantir os altos superávit primários, necessários para sustentar o parasitismo dos bancos, aplicadores e agiotas de todo tipo. Armou-se uma grande ofensiva contra os subsídios, favorecimentos e medidas de proteção a certos setores do capital nacional. Em especial, uma ofensiva contra a previdência e os direitos trabalhistas.

9. É necessário não perder de vista os elos do passado que permitiram o PT chegar ao poder e nele apodrecer. A decomposição do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso esgotou a possibilidade do PSDB de manter-se na direção do Estado e inviabilizou a continuidade da aliança com o PMDB. Grande parte dos explorados se deslocou para o PT. Setores da burguesia admitiram que o novo partido poderia não apenas desempenhar a política de conciliação de classes, mas também redirecionar a política econômica.
10. Houve um realinhamento nas frações da burguesia nacional em função das duras consequências do Plano Real, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das privatizações, do apoio ostensivo aos banqueiros, da perda de competitividade com o câmbio ultra valorizado, do enfraquecimento das economias do Nordeste/Norte, etc. O PMDB ficou marcado como partícipe da linha antinacional e antipopular do governo FHC.
11. O governo do PT procurou favorecer as frações oligárquicas do Nordeste e Norte, ao par de favorecer as multinacionais e setores do capital do Sudeste e Sul. Respondeu às necessidades das massas com medidas pontuais típicas do reformismo impotente. A política distributiva intraburguesia e interestados, bem como a

- assistencialista perante os explorados, afundou com a eclosão da crise mundial.
12. Bastou que a recessão se afirmasse para mudar o curso da política burguesa. A reeleição de Dilma Rousseff foi extremamente conflituosa. Os petistas tiveram de mentir descaradamente para as massas que vinham perdendo a confiança na política do nacional-reformismo. Política que em grande medida servia aos interesses do capital parasitário e do imperialismo.
 13. O grande capital do Sudeste e Sul, em especial a sua fração paulista, apoiou maciçamente Aécio Neves. A derrota do candidato do PSDB representou uma derrota da fração burguesa hegemônica, em última instância, dirigente do País. A perda de apoio em camadas da pequena burguesia urbana evidenciou o esgotamento da política burguesa do PT. Mas o indicador mais importante foi a manifestação de descontentamento de um contingente da classe operária do Sudeste. Estavam dadas as condições sociais e políticas para a ingovernabilidade.
 14. O impeachment de Dilma Rousseff resultou da decisão do capital financeiro, com a anuência do imperialismo. Mas não poderia prosperar sem a participação da fração industrial. No momento em que a Fiesp rompeu com o governo e passou a pregar o afastamento institucional do governo petista, aplainou o caminho do golpe. As manifestações da pequena burguesia em São Paulo e Rio de Janeiro, por seu turno, impulsionaram o movimento nacional pelo “Fora Dilma”. A pequena-burguesia teve um papel central para o triunfo do golpe, servindo de base social para os objetivos da nova aliança de poder.
 15. A classe operária manteve-se equidistante, mas não alheia, do processo de impeachment. Não encontrou motivo para defender um governo que se mostrava incapaz de responder à recessão, à destruição de postos de trabalho e que assumia medidas de ataque às conquistas trabalhistas e previdenciárias. No entanto, não

via por que apoiar o movimento golpista que servia aos velhos partidos da ordem capitalista. De certa forma, a equidistância facilitou a projeção da pequena burguesia rica e reacionária.

16. Somente a classe operária poderia barrar o golpe de Estado. Para isso, teria de expressar sua política de classe. Sob a direção da burocracia sindical, não teve como se lançar à luta em defesa das reivindicações próprias. As centrais e os sindicatos mais ativos foram alinhados como aparatos a favor ou contra o impeachment, controlados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. Foram arrastadas pela disputa interburguesa de governistas e oposicionistas.
17. A campanha do impeachment durante meses serviu para abafar o que se passava nas fábricas, construções e locais de serviços. O patronato enfrentava o recuo do mercado, o excedente de produção e a queda dos lucros, demitindo em massa, bem como reduzindo salários. No entanto, para a CUT, CTB, MST, UNE, reunidos na Frente Brasil Popular, é como se o ataque tão feroz à vida dos assalariados não existisse ou nada tivesse a ver com a crise política.
18. O principal sindicato metalúrgico do estado de São Paulo, no ABC, se aproveitou da situação para ir fundo nos acordos de flexibilização capitalista do trabalho. Isolou os conflitos como os da Volkswagen, Mercedes Benz, Ford e Karmann-Guia. Se negou a convocar a assembleia geral e a organizar um movimento nacional da classe operária contra as demissões em massa e a gigantesca elevação da taxa de desemprego. A política de colaboração de classes constitui uma trava à luta independente do proletariado. Isso determina o caráter contrarrevolucionário da burocracia sindical.
19. As condições políticas para o proletariado se projetar das regiões do Sudeste e Sul para todo o País estavam dadas. No entanto, sob o governo petista, promoveu-se a política de conciliação de classes e a estatização dos sindicatos. Consolidou-se uma vasta burocracia sindi-

- cal a partir dessas regiões, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Serviu de esteio ao PT e ao seu governo. Não teve, porém, como sustentá-lo diante da oposição burguesa golpista, uma vez que não poderia romper com sua própria política de conciliação de classes.
20. A pequena burguesia urbana que não se achava sob o controle dos aparatos sindicais não encontrou obstáculo para sair em defesa do golpe. Sob a influência dos aparatos do Estado burguês (partidos, etc.) e dos meios de comunicação, funcionou como caixa de ressonância da Operação Lava Jato e da campanha pela destituição de Dilma Rousseff.
 21. Sem que o proletariado levantasse sua estratégia própria de poder, suas reivindicações e seu programa socialista, o desfecho do golpe ficou inteiramente nas mãos da nova aliança dirigida pelo PSDB e PMDB. A fração burguesa dominante do Sudeste e Sul conseguiu alinhar por detrás de seu objetivo boa parte da oligarquia do Nordeste, Norte e Sudeste. As manifestações qualificadas de democráticas e pacíficas da pequena burguesia e a passividade do proletariado deram a segurança necessária para o golpe ocorrer sob a máscara do “Estado de Direito”. Ou seja, sem a interferência das forças militares.
 22. A resistência do PT, das Centrais, dos movimentos e da Frente Popular se limitou aos marcos parlamentares e às condições políticas ditadas pelos partidos aliados em torno do golpe. O que exigiu que a burocracia sindical evitasse que as demissões em massa, principalmente no setor automotivo, servissem de alavanca para a luta geral da classe operária. Ao prevalecer a política de conciliação de classes e seus métodos correspondentes de bloqueio à luta independente do proletariado, a defenestração de Dilma Rousseff e a constituição do governo usurpador se tornaram inevitáveis.
 23. O golpe expôs a lei histórica que não permite ao governo burguês se apoiar na classe operária e nos seus métodos próprios de combate para se defender. Dilma

Rousseff e seus aliados passaram a depender inteiramente da decisão do Congresso Nacional, ou seja, da política burguesa hegemônica no Estado. A política de colaboração de classes impossibilitou um levante de massa a partir do proletariado, que poderia liderar uma greve política contra as forças golpistas. Também é reflexo da lei histórica da luta de classes que a política de colaboração, praticada em nome das reformas e dos interesses populares, conclui servindo à direita burguesa.

24. O PT perdeu o poder passando normalmente para o campo da oposição burguesa. A contestação constitucional, legislativa e jurídica ao impeachment resultou em aceitação, de fato, da formação do governo de Michel Temer. A colaboração de classes retomou à forma anterior, quando o PT e o caudilho Lula se colocavam como uma das alas da oposição burguesa. A diferença de conteúdo é ditada pela experiência governamental que se esgotou, que deu lugar ao golpe e que expressou a profunda decomposição política e social do PT e de Lula.
25. A derrocada do PT e a crise em suas fileiras comparecem na forma de perda de poder no Estado e redução de acesso aos recursos do empresariado. Seu esforço se concentra no objetivo de se reestruturar como oposição burguesa. Sua principal arma é a de adaptar a política de conciliação de classes à nova situação de governabilidade. Conta para isso com o completo isolamento do governo golpista diante da maioria oprimida.
26. Michel Temer cumpriu sua primeira promessa ao capital financeiro de impor um brutal ajuste fiscal. Conseguiu que o Congresso aprovasse a Proposta de Emenda Constitucional 241 (55) sem nenhuma dificuldade. A resistência popular se limitou à pequena-burguesia urbana (estudantes e funcionários públicos). O proletariado continuou represado. Sem dúvida, foram importantes as ocupações de escolas, universidades e manifestações de rua, mas careceram da política do proletariado e de sua presença física.

27. A derrubada do governo petista não serviu para cessar a crise política. Continuam as disputas internas à aliança entre o PSDB, DEM e PMDB. Sem que se estanque a recessão e os capitalistas voltem a dinamizar seus negócios, não há como o governo Temer se estabilizar. A situação falimentar ou pré-falimentar de importantes estados da Federação tem obrigado o funcionalismo a resistir. Qualquer que seja a manifestação de rua afeta o governo golpista e assinala o caminho da luta aos demais explorados. A quebra dos estados, por outro lado, coloca em choque os governadores com o violento ajuste fiscal. As negociações em torno da solução de estado por estado tendem a cindir as bases aliadas no Congresso.
28. O golpe pressupunha a finalização da Operação Lava Jato. Esse era um dos objetivos da cúpula do PMDB. Seus principais chefes estão tanto ou mais implicados com as empreiteiras quanto à cúpula petista. As denúncias já haviam alcançado Michel Temer antes mesmo de ter assumido a chefia do impeachment. A nova rodada de denúncias da Odebrecht acirrou o conflito entre o Congresso Nacional e o Judiciário. No fundo, estão as pressões das frações burguesas que continuam exasperadas com a persistência da recessão, da queda dos lucros e das ameaças de falência, bem como o crescente descontentamento dos explorados.
29. A burguesia, no entanto, continua perfilada em torno do governo Temer, que tem a função de impor as medidas antinacionais e antipopulares. Considerado de transição, sua função é a de preparar o terreno para o próprio PMDB, ou mais provável o PSDB, voltar ao poder por meio das eleições. Nos cálculos das frações burguesas mais influentes, o PT deve ocupar o lugar de oposição impotente. Para isso, os petistas procuram se recuperar da vergonhosa queda, cujos reflexos nas eleições municipais foram vexatórios. O seu trunfo está em demonstrar à burguesia que nada fará para que os explorados se levantem contra o governo golpista. E tudo fará para canalizar sua revolta instintiva.

30. A bandeira “Eleições Já! ” foi lançada como válvula de escape no caso de Temer não conseguir levar adiante seu governo. O escândalo de tráfico de influência que derrubou o ministro Geddel Vieira e envolveu o presidente Temer serviu para alguns parlamentares do PT, PCdoB e representantes de movimentos levantarem uma paródia de impeachment. A bandeira “Fora Temer! ” “Eleições Gerais! ”, levantada pela esquerda centrista, por sua vez, evidenciou sua adaptação à estratégia de saída burguesa para a crise política.
31. Seguindo a lei histórica, um governo burguês somente é derrubado nos quadros institucionais do Estado no caso de uma poderosa fração da burguesia se dispor a liderar um movimento. Poderá assim vencer ou fracassar. Se não for pela via burguesa, será pela via proletária, revolucionária. As condições políticas e o tremendo atraso da classe operária indicam que a queda de Temer depende da necessidade da burguesia e do consentimento do imperialismo.
32. Durante o processo de impeachment, veio à tona a luta pela independência de classe do proletariado. O PT, seu braço sindical e sua Frente Popular se limitaram à resistência parlamentar e jurídica. Submeteram as manifestações à camisa de força do julgamento e decisão do Congresso Nacional. Mantiveram o bloqueio da classe operária, negociando com as multinacionais as demissões e aplicando medidas de flexibilização do trabalho (PPE). Não se dispuseram a recorrer à greve política, que levantasse as massas a partir do operariado fabril. A vanguarda deve concentrar sua ação em torno da tarefa de organizar o proletariado no campo da independência política.
33. Diante de uma crise de governo, que coloca para a burguesia encontrar uma solução – no caso, foi a do impeachment -, há duas estratégias de classe. Ou o proletariado segue as variantes burguesas – a exemplo do que ocorreu no processo de impeachment, sustentar o governo burguês de Dilma ou apoiar o golpe -, ou se

- lança à luta empunhando a estratégia própria. Trata-se de derrotar o golpe. Esse era o objetivo imediato. O que implicava constituir uma frente antigolpista, baseada nas reivindicações e bandeiras próprias dos explorados. A vanguarda revolucionária se distinguiria por estar na dianteira combatendo pela estratégia do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.
34. A Frente Popular esteve na contramão das necessidades mais vitais da classe operária, estruturou-se em torno da defesa estratégica da democracia burguesa e da manutenção do governo burguês de Dilma Rousseff, que iniciou seu segundo mandato atacando direitos trabalhistas e previdenciários. As correntes mais à esquerda que integraram a Frente Popular renunciaram à defesa da estratégia do proletariado. Aquelas que permaneceram à sua margem e que empunharam o “Fora Todos” e “Eleições Gerais” limitaram-se ao democratismo pequeno-burguês, colocando-se, portanto, sob a estratégia geral de solucionar a crise política pela via da democracia burguesa. Essas posições contribuíram para inviabilizar a constituição de uma frente revolucionária.
 35. Sem a defesa da estratégia própria, não é possível se distinguir da estratégia de poder da burguesia e lutar para que o proletariado lidere a maioria nacional oprimida. Está aí por que o POR subordinou todas suas respostas ao impeachment à luta pelo governo operário e camponês. Em hipótese alguma, o combate ao golpe implicava que os explorados tivessem de apoiar o governo burguês do PT e de se colocar sob a estratégia de defesa da democracia capitalista, do “Estado de Direito”. Implicou a defesa da constituição de uma frente revolucionária para derrotar as forças golpistas, na qual o proletariado se colocaria em movimento pela defesa de seu próprio seu poder.
 36. Essa posição não pôde ser desenvolvida no seio do proletariado e se materializar devido ao caráter embrionário do POR. Não há como impor a frente revolucionária

aos reformistas sem que os explorados estejam sob a influência do programa da revolução social. As condições objetivas para impulsionar a luta independente da classe operária estiveram e estão dadas. O problema está, portanto, em avançar a construção do partido.

37. A defesa da estratégia, das reivindicações e da tática permitiram ao POR manter as posições políticas e ideológicas do proletariado. O resultado do impeachment, a submissão da Frente Popular à ordem institucional e a adaptação do PT ao governo golpista na condição de oposição burguesa vem demonstrando a correção da linha porista. Trata-se de aproveitar ao máximo as posições alcançadas. Um passo que seja na construção do POR no seio do proletariado potenciará a política revolucionária.
38. Os explorados estão diante de um novo momento da luta de classes. A crise política não foi debelada pela derrubada de Dilma Rousseff. O governo golpista dificilmente se estabilizará. Não terá como superar seu isolamento perante a maioria oprimida. Suas medidas antinacionais e antipopulares serão impostas. O Congresso Nacional golpista e o Judiciário, a despeito de seus conflitos causados pela Operação Lava Jato, estão unidos em torno do ajuste fiscal de Temer/Meirelles. Essa é a real democracia, que se volta contra as necessidades da maioria explorada para proteger os interesses da minoria exploradora.
39. De um lado, a luta continua contra as forças burguesas golpistas, agora governistas; de outro, contra a política de conciliação do PT, de seu braço sindical e aliados. O combate se dará no campo de luta contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo. Os petistas e aliados jamais atacarão o governo de Temer por essa via. Está colocada a organização do movimento local, regional e nacional contra a reforma da previdência, a trabalhista e a educacional; contra os cortes orçamentários da saúde, educação e serviços sociais; contra as privatizações. Está colocada a luta desde os locais de

trabalho contra as demissões, a redução salarial e a flexibilização capitalista do trabalho. Está colocada a bandeira de não pagamento da dívida pública, vinculada à defesa da economia nacional e da vida das massas. Está colocada a tarefa de desenvolver a estratégia do governo operário e camponês e as medidas revolucionárias de expropriação do grande capital e implantação do controle operário da produção.

Proposta de resolução sobre o governo Temer

Combater o governo golpista com o programa e os métodos da classe operária

A burguesia brasileira, de fato, não tem apego à democracia. Depois de impor ao País uma ditadura militar que durou de 1964 a 1985, no ano passado, em 2016, patrocinou um golpe institucional, pisoteando as eleições que reelegeram Dilma Rousseff. O extraordinário está no fato de que o PMDB, que conspirou para viabilizar o impeachment, exerceu o papel de oposição no regime militar, apoiando-se no programa de redemocratização, quando se denominava MDB. E o PSDB, que foi a linha de frente do movimento golpista, surgiu do PMDB, mantendo a mesma linha da democratização. Um terceiro partido, o DEM, nascido da Arena, pilar político da ditadura, cujo nome anterior era PFL, também foi decisivo como força auxiliar ao PSDB e PMDB na consecução do golpe que se finalizou com a votação no Senado na sessão de 31 de agosto. Participaram da cassação do voto popular no Congresso Nacional partidos que também juravam de pés juntos pela democracia, como o PSB. A não ser o PT, PCdoB e PSOL, todos os partidos deram votos a favor do impeachment. Evidencia-

ram a dependência diante da frente burguesa golpista e, em particular, diante do capital financeiro e monopolista. Mas sobretudo o caráter oligárquico da democracia burguesa e a caricatura do voto popular. Expressou-se pela primeira vez na história política do Brasil a possibilidade de realizar o golpe institucional, recorrendo-se ao instrumento antidemocrático, inserido na Constituição, que é o impeachment (até o nome é cópia). Há que esclarecer que formalmente a primeira vez ocorreu na destituição do governo Collor, que renunciou ao mandato antes da votação do impeachment. No caso de Dilma Rousseff, se evidenciou o claro objetivo golpista. O próprio PT, antes de eleger o presidente da República, se valeu dessa arma contra seus adversários. Dilma Rousseff tinha sua cabeça ceifada pelo impeachment e o PT, PCdoB e PSOL continuavam a aceitar que era um instrumento democrático fraudulentamente aplicado. O governo golpista constituído em 1º de setembro pôde continuar jurando que era fruto da mais genuína democracia parlamentar. Os partidos da frente golpistas se auto intitularam de democratas-patriotas que, para salvar o Brasil da crise econômica, política e moral, recorreram ao legítimo processo constitucional, legal e legislativo. Mascaravam-se com essa tosca imagem, enquanto que o PT se agitava com a patética bandeira da democracia e do Estado de Direito. A nova aliança governamental e o governo usurpador nasciam precisamente do fracasso do reformismo, da sua subserviência à burguesia, da aderência às frações da oligarquia, das traições às necessidades dos explorados e da covardia política. Triunfou o golpe e o PT, juntamente com a Frente Brasil Popular, manteve a política de colaboração de classes. Continuou a orientar sua burocracia sindical a fazer de tudo para evitar um levante da classe operária, premissões em massa e subjugada pelos acordos de flexibilização capitalista do trabalho. O governo usurpador armou uma grande ofensiva contra o operariado, os camponeses, a classe média pobre e a juventude oprimida. No entanto, a resistência de camadas da classe média, sobretudo, per-

maneceu isolada. É nessas condições que os explorados entram no ano de 2017. Terão de combater abertamente o governo e a frente burguesa golpista. Ou então pagaremos um preço muito mais alto, com a avanço do desemprego, da miséria e da fome. Os petistas, burocratas sindicais e reformistas de todo tipo objetivam reestruturar a oposição democratizante que levou Lula à presidência. A profunda crise política impulsionada pela persistência da crise econômica e pelo descontrole do Executivo e Legislativo sobre o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal, que insistem em levar adiante a Operação Lava Jato, animam os derrotados e seus apêndices a reconstituir uma “nova” frente de oposição burguesa. Essa é a via para não combater o governo e a frente burguesa golpista com a defesa das reivindicações das massas, com as bandeiras de derrubada das reformas antinacional e antipopular e com os meios de luta da classe operária, com as greves, manifestações, bloqueios e ocupações. Essa é a via para subordinar os explorados às decisões do Congresso Nacional e do Judiciário. Essa é a via para bloquear a unidade local, regional e nacional da classe operária, dos camponeses e da juventude. A Conferência, baseada na Resolução sobre a situação nacional e nestas considerações, aprova: 1) combater pelas reivindicações e bandeiras que unifiquem os explorados em torno da classe operária; 2) realizar a campanha pela criação das condições para realizar a greve geral; 3) trabalhar pela convocação das assembleias, pela formação dos comitês de frente única sindical e pela aliança operária e camponesa; 4) demonstrar na luta a necessidade de pôr em pé a frente única anti-imperialista; 5) rechaçar a política de conciliação de classes e de reestruturação da oposição burguesa; 6) propagandear o programa de expropriação da burguesia e a estratégia de poder dos explorados, do governo operário e camponês e seu conteúdo de ditadura do proletariado.

Propostas de resoluções à conferência

O governo golpista de Michel Temer lançou uma brutal ofensiva contra a vida da maioria explorada: ataque à saúde e educação, ao funcionalismo público federal, estadual e municipal, à previdência, aos direitos trabalhistas e ao movimento camponês. Há que considerar ainda o projeto que estabelece a cláusula de barreiras em fase final de aprovação na Câmara Federal. A maioria oprimida, assim, deve arcar com a crise econômica e as consequências da desintegração do capitalismo mundial. A Conferência Regional levantou as causas determinantes dessa nova ofensiva da classe capitalista e aprovou as seguintes resoluções:

Sobre a “minirreforma trabalhista”

O princípio do “acordado sobre o legislado” anula a CLT e destrói o fundamento do acordo coletivo geral do trabalho. Gradualmente, o executivo, o legislativo e o judiciário vêm deformando, degenerando e destruindo direitos trabalhistas. Entre outros, é o caso particular da terceirização do contrato de trabalho e o PPE. Os acordos de flexibilização do trabalho vêm golpeando aspectos fundamentais dos direitos trabalhistas prescritos na CLT. A minirreforma trabalhista, assim denominada pelo governo burguês de Temer, pretende precisamente impor o “acordado sobre o legislado”, de forma a validar os acordos parciais,

pontuais, colocados acima do conjunto da classe operária e dos demais trabalhadores assalariados. Esses acordos de flexibilização capitalista já foram consagrados pela colaboração da burocracia sindical com as multinacionais. No entanto, é preciso ainda compatibilizá-los, segundo os interesses dos exploradores, com a legislação trabalhista, uma vez que violam os direitos gerais prescritos na CLT. Os burgueses vêm há muito exigindo dos governos o que chamam de segurança jurídica. Milhões de ações trabalhistas entopem a Justiça do Trabalho. A minirreforma simplesmente apaga com a borracha da Medida Provisória o fundamento do contrato coletivo de trabalho, uma das conquistas básicas da classe operária, e a CLT. A Conferência Regional do POR aprova: 1) organizar a luta unitária dos explorados para pôr abaixo a minirreforma trabalhista; 2) rechaçar a flexibilização capitalista do trabalho; 3) abolir a terceirização e efetivar todos os terceirizados; 4) vincular a luta contra a minirreforma com as demais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo; 5) campanha pela frente única sindical; 6) defesa da ruptura dos sindicatos com a política de conciliação de classes da direção burocrática.

Sobre a reforma da previdência

O aumento da idade e da contribuição para o trabalhador se aposentar amplia o tempo de exploração capitalista do trabalho e reduz os gastos com as aposentadorias, permitindo manter o desvio de recursos previdenciários arrecadados para outras áreas, especialmente para o pagamento da dívida pública. O mecanismo e critério do sistema de aposentadoria desconhecem a quantidade de riqueza produzida pela força de trabalho durante toda uma vida, apropriada pela burguesia. Os assalariados, de fato, sustentam o fundo previdenciário com o trabalho. A reforma de Temer também elimina o direito das mulheres de se aposentarem cinco anos antes que os homens. Arranca do camponês o caráter especial de sua aposentadoria. Rebaixa o funcionalismo às regras da aposentadoria do

trabalhador privado. Empurra milhares de assalariados a contribuir com a previdência complementar (privada). E aumenta a miserabilidade das massas assalariadas, ao desvincular as aposentadorias do já miserável salário mínimo nacional, por admitir valores inferiores a ele. A Conferência do POR rechaça a reforma da previdência de Temer, combate as reformas efetuadas por FHC e pelos governos petistas. Defende: a) um sistema único, estatal, sob o controle da classe operária; b) que os capitalistas arquem inteiramente com as contribuições para o fundo previdenciário. Fim do tempo de contribuição para os trabalhadores se aposentarem; c) que nenhum aposentado receba menos que o salário mínimo vital (R\$ 4.500,00); d) que as organizações operárias e camponesas constituam um tribunal popular para investigar os desvios e as malversações dos recursos da previdência.

Sobre a reforma do ensino médio

A Medida Provisória 746 faz parte da política de corte de recursos da educação. Visa a mudanças na grade curricular, eliminando a obrigatoriedade de algumas disciplinas. Estipula uma base nacional comum obrigatória, circunscrita à duração de um ano e meio e o restante em áreas de conhecimentos/habilidades, a depender de cada sistema de ensino, que poderão ser ministradas por pessoas de “notório saber”. Trata-se, portanto, de um conjunto de velhas medidas a serem implantadas em 2018. As consequências são conhecidas: fechamento do período noturno, expulsão dos alunos que não podem estudar em tempo integral, ampliação das parcerias público-privadas, precarização dos contratos de trabalho, demissões e degradação geral do ensino. A Conferência combate a reforma do ensino médio por ser mais uma ação do governo para reduzir a responsabilidade do Estado para com o ensino médio a todos os jovens. Defende: um sistema único de educação, gratuito, laico e vinculado à produção social; o acesso de todos à educação pública em todos os níveis e a combinação dos estudos com o trabalho (4

horas na produção social e o restante nos estudos e lazer), de forma que nenhum jovem fique fora da escola e do trabalho.

Sobre a “reforma da reforma agrária”

A medida que impõe aos assentados a compra da terra deve ser combatida com o programa da revolução agrária. A burguesia já não vê motivos para que seus governos apliquem o Estatuto da Terra editado pela ditadura militar, que estabelece a política de assentamentos, por desapropriação de terras improdutivas, com indenização ao proprietário. A via dos assentamentos foi a forma encontrada pelo governo burguês para desviar a luta camponesa pela reforma agrária. A Conferência aprova: 1) combater a MP da terra; 2) apoiar a resistência do movimento sem-terra; 3) propagandear o programa da revolução agrária; 4) destacar a tarefa de expropriação, sem indenização dos latifúndios, nacionalização das terras, acesso de todos os camponeses a elas e melhorias das condições de produção aos pequenos e médios produtores; 5) organizar a autodefesa contra a violência estatal e dos latifundiários; 6) exigir das direções a constituição dos comitês de aliança operária e camponesa.

Sobre o “ajuste fiscal”

A PEC do Teto elimina a imposição constitucional de recursos para a educação e saúde. O princípio anunciado pelo ministro da Fazenda é o de limitar o gasto geral da União à inflação do ano anterior segundo o IPCA. Mas o objetivo principal é o de acabar com o vínculo obrigatório entre a receita líquida e o percentual mínimo destinado à educação e à saúde, voltando recursos para o sustento do parasitismo financeiro sobre a dívida pública. Os governos se utilizavam do mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), burlando o preceito constitucional. Com a PEC do Teto, já não terão de negociar com o Congresso Nacional essa burla. O seu caráter nefasto não se limita à contenção de recursos à saúde e educação, mas

atinge todos os gastos sociais e as condições de vida do funcionalismo. Faz parte da PEC do Teto o projeto de lei de “ajuda” aos estados. Impõe verticalmente as condições de gastos aos estados, exige privatizações e brutais cortes de orçamento. Está mais do que provado que os déficits da União, estados e municípios se devem à gigantesca dívida pública e à brutal carga de juros. A Conferência denuncia o parasitismo financeiro que sangra o Tesouro Nacional e responde aos violentos ataques com o programa de expropriação revolucionária do grande capital. Assim, coloca-se: 1) pela derrubada da PEC do Teto; 2) fim do pacto com os governadores, que afundam ainda mais os estados da federação e descarregam os déficits sobre os explorados; 3) não pagamento da dívida pública; 4) aplicação dos vultuosos recursos a favor dos estados mais pobres e mais sacrificados pelo desenvolvimento desigual e desequilíbrios regionais, bem como das necessidades fundamentais da maioria oprimida; 5) constituir uma frente única anti-imperialista.

Sobre a reforma política

A PEC 36 estabelece a cláusula de barreira. Os partidos que não alcançarem o mínimo do quórum estabelecido não mais terão acesso ao fundo partidário e aos meios de comunicação. Estima-se que esse obstáculo reduzirá drasticamente o número de partidos. Somente os grandes e médios partidos passarão pela cláusula de barreira. Os pequenos partidos burgueses poderão se fundir ou se diluírem em alguns dos que contarão com os novos privilégios. Os partidos de esquerda legalizados serão cassados pela medida autoritária-burocrática. Chegou-se ao absurdo de atribuir aos “partidos nanicos” a corrupção política e a desmoralização do Parlamento. A campanha de que, com a cláusula de barreira, se porá fim aos “partidos de aluguel”, mal esconde o conteúdo reacionário da minirreforma política, que depende da aprovação final da Câmara dos Deputados para ser acionada já nas eleições de 2018. Está claro que, depois do fim da ditadura militar e da Constituinte de 1987/88, o País enfrenta um movimen-

to antidemocrático, conservador, autoritário e oligárquico. A política do proletariado não necessita da anuência ou concessão da burguesia, distintamente das correntes que se reivindicam do socialismo e se submetem aos ditames da democracia burguesa. Mas, sem dúvida, as barreiras destinadas a inviabilizar a legalização dos partidos de esquerda devem ser combatidas firmemente. Toda medida antidemocrática se volta contra as liberdades políticas, de expressão e de organização. A democracia burguesa e seus respectivos partidos estão apodrecidos porque se assentam na grande propriedade privada dos meios de produção, estão sujeitos às pressões do imperialismo e funcionam absolutamente contra os interesses da maioria explorada. O programa da revolução social se baseia na democracia proletária, portanto, das massas. A luta contra as reformas antidemocráticas está subordinada à estratégia da revolução social. Nesse sentido, a Conferência aprova: 1) campanha pela retirada da PEC 36; 2) fim de toda legislação discricionária; 3) reconhecimento imediato dos partidos que comprovarem atividade regular (publicações, campanhas, posicionamentos públicos, documentos de congressos, etc.); 4) igualdade de condições ao acesso aos meios de comunicação; 5) financiamento sustentado por campanhas públicas junto à população, sob o controle de comitês e de um Tribunal Popular constituídos nas bases operárias, camponesas e populares.

Proposta de resolução sobre o Estado de São Paulo

1. O estado de São Paulo ocupa um lugar particular na economia nacional. Expressa o alto desenvolvimento capitalista. Funciona como locomotiva industrial do País. O capital financeiro aqui se concentra. Os setores de serviços e de comércio são de proporções gigantescas. Está aí por que detém a maior fatia do PIB. Evidentemente, o estado de São Paulo está entrelaçado com as regiões mais desenvolvidas do Sudeste e Sul. E por meio destas com as regiões mais atrasadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O seu desenvolvimento sempre dependeu desta relação com os demais estados e regiões. Forma uma unidade de desenvolvimento desigual e combinado. O avanço de suas forças produtivas se assenta no atraso relativo das demais regiões, principalmente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assinalamos, assim, os limites desta resolução.
2. Essa estrutura econômica determina as classes, frações de classe e as relações sociais. Como não poderia deixar de ser, a sua fração paulista assumiu historicamente a posição de carro-chefe da política e do Estado

- burguês. Também é necessário identificar o entrelaçamento e as composições. Em geral, o Sudeste e Sul determinam para onde pende o peso da balança regional. E no seu interior está a força determinante do estado de São Paulo. Lembremos a revolução de 1932 em que São Paulo derrotado acabou finalmente vencedor. Seu triunfo político se deveu a que já havia assumido a posição de carro chefe da economia nacional. A fração burguesa paulista se afirmou como força propulsora do avanço e dos condicionamentos do atraso capitalista, típico de um país semicolonial. Certamente, de um país capitalista de dimensão continental, atrasado em referência às potências.
3. É pacífica a constatação de que a burguesia brasileira têm suas raízes na oligarquia fundiária e agroexportadora. Essas raízes jamais foram eliminadas. Achar-se profundamente fincadas nas regiões e estados mais atrasados. Mais ou menos disfarçado, ainda conserva sua importância o coronelismo. Poderosas famílias continuam a expressar as determinações econômicas, sociais e políticas na forma de fração burguesa latifundiária no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No estado de São Paulo, se formou a moderna oligarquia industrial e financeira, em conexão com a de alguns estados do Sudeste e Sul, em particular com o Rio de Janeiro. Essa fração - principalmente a oligarquia financeira que controla a estrutura bancária do país - se acha mais ou menos entrelaçada com a burguesia imperialista. Essa oligarquia se caracteriza por chefiar a tendência à concentração monopolista e por seguir o processo de fusão do capital industrial com o capital bancário.
 4. A composição oligárquica da burguesia - entre a velha e a nova - põe à luz do dia o seu esgotamento histórico, que não é de hoje. O que quer dizer a impossibilidade de qualquer uma das frações capitalistas de realizar as tarefas democráticas do Brasil semicolonial, que, em síntese, são a independência nacional diante do imperialismo, a reforma agrária, o desenvolvimento harmô-

nico entre as distintas regiões e distintos estados, bem como a erradicação da miséria. A oligarquia do Sudeste e Sul, por seus vínculos diretos e indiretos com os monopólios industriais e o capital financeiro internacional, encabeça a reação em toda a linha. Exprime a defesa do capitalismo em desintegração e mantém pela força do Estado a crescente barbárie social. A luta anti-imperialista passou inteiramente para as mãos da classe operária, que deve dirigir a maioria nacional oprimida do país. O desenvolvimento político e organizativo da classe operária do estado de São Paulo permitirá a constituição de uma frente única anti-imperialista, voltada a expropriar o grande capital e a conquistar a real soberania nacional.

5. A concentração industrial de São Paulo traz consigo a concentração da classe operária. É sensível o antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Por se tratar da classe revolucionária, o desenvolvimento da luta pelo socialismo depende em grande medida dos explorados paulistas. É claro que a classe operária é nacional, assim como o é a burguesia oligárquica. Tem importância assinalar o peso do proletariado do estado de São Paulo do ponto de vista da estratégia e da construção do partido marxista-leninista-trotskista. Em conjunto com os explorados de Sudeste e Sul, se constitui no carro-chefe das lutas pelas reivindicações mais elementares e assumirá a linha de frente pela resolução das tarefas democráticas do Brasil semicolonial, que serão concretizadas por meio da revolução proletária. A contenção da luta de classes no estado de São Paulo e em todo Sudeste e Sul é decisiva para manter o controle da luta de classes no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Somente o proletariado industrial – a fração mais avançada pelo lugar que ocupa na grande indústria – pode unificar e dirigir programaticamente a maioria nacional oprimida.
6. A necessidade de explorar a força de trabalho e a ampliação do mercado interno levou a um processo de

descentralização industrial. O estado de São Paulo viu a redução de sua participação no PIB industrial. A transferência e abertura de novas fábricas em outros estados ampliou nacionalmente a classe operária, inclusive sua fração agrícola. É certo que o maior contingente continua concentrado nas regiões Sudeste e Sul. Objetivamente, porém, a descentralização das últimas décadas fortaleceu o caráter nacional do proletariado. A fração paulista da burguesia, em consonância com as multinacionais, tem utilizado as transferências e as ameaças de desmontar o parque industrial da grande São Paulo para amortecer o descontentamento do operariado com o rebaixamento do valor da força de trabalho. A ausência da organização de um movimento nacional da classe operária tem permitido aos capitalistas fragmentá-la e regionalizá-la. O seu isolamento local e regional tem dificultado a realização da tarefa de sua fração mais avançada que se encontra no estado de São Paulo de tomar a frente da luta de classe contra a burguesia nacional e o imperialismo.

7. Depois da onda grevista do final dos anos 70 e dos anos 80, a classe operária foi conduzida para a camisa de força da política de colaboração de classes. A retração do proletariado do estado de São Paulo contribuiu decisivamente para a interrupção da marcha ascendente dos explorados em nível nacional. Controlada a força de trabalho que carrega nos ombros os ramos fundamentais da produção, se impossibilitou a organização nacional da maioria oprimida. A fração mais bem organizada da burocracia sindical se encontra precisamente no estado de São Paulo. Nota-se que as centrais sindicais têm pouco de nacional e muito de regional. As duas maiores centrais – a CUT e a Força Sindical – estão enraizadas nos sindicatos paulistas, principalmente nos sindicatos da grande São Paulo. Ditam dessa plataforma a política para toda a burocracia dos demais estados e regiões. A luta pela organização independente da classe operária deve ser travada em toda a

parte, mas, sem dúvida, o seu avanço depende da derrocada da burocracia sediada no estado de São Paulo. É decisiva a penetração da política revolucionária no proletariado concentrado nas grandes unidades fabris e nos ramos chaves da produção.

8. O campesinato se debilitou como classe social no estado de São Paulo e vem se debilitando no Sudeste e Sul. Isso se deve à penetração capitalista no campo, a maior subordinação da pequena agricultura e a concentração populacional nos centros urbanos. Tem aumentado a concentração fundiária, em detrimento da pequena e média propriedades. Mesmo assim, ainda é considerável a importância econômica da agricultura familiar. A existência do movimento de sem-terra no estado mais industrializado da federação demonstra o peso do campesinato nacional. O fato de a classe operária manter-se desorganizada e dependente da política burguesa, em grande medida veiculada pela burocracia sindical, tem impossibilitado apresentar o programa das transformações democráticas, entre elas as da revolução agrária, e desenvolver a política de aliança dos oprimidos contra a burguesia opressora. No momento em que o proletariado concentrado na grande indústria der um passo em sua independência de classe, fortalecerá a luta camponesa e abrirá caminho para a aliança operária e camponesa.
9. A gigantesca aglomeração urbana, marcada pelo desemprego, subemprego, pobreza e miséria das massas, tem dado lugar a um vigoroso movimento popular. A luta pela moradia continua a se expandir e a se colocar como um polo de enfrentamento de classes. A crise de superprodução, que é mundial, e a regressão das forças produtivas, provocada pela destruição de postos de trabalho, ampliará a necessidade das massas de se defenderem da barbárie, lutando pela moradia, saúde, educação e transporte. Esse fenômeno tem despertado a ilusão na capacidade dos movimentos populares de resolverem suas reivindicações particulares. A de-

sorganização da classe operária, a burocratização dos sindicatos e a implantação da política de colaboração de classes a partir de sua camada mais bem paga têm alentado a ideia de que o movimento popular se constitui na linha de frente das lutas e das conquistas. O correto é que somente o proletariado organizado e independente da política burguesa pode fortalecer a luta de classes em todos os campos em que os explorados e oprimidos se manifestem, inclusive no campo da juventude. O programa do proletariado responde a todos os problemas e aspirações que afetam coletivamente as massas.

10. É imprescindível reconhecer a importância da vasta classe média que se desenvolveu no estado de São Paulo e demais estados do Sudeste e Sul. É sobre esse contingente social que se assenta a política burguesa e que lhe serve de anteparo diante do proletariado revolucionário. No entanto, a classe média é a mais heterogênea de todas as classes. Sua camada rica se aproxima da burguesia e a mais pobre se identifica com a classe operária. A grande maioria padece da opressão capitalista e suporta o peso da crise econômica. Caminha, assim, em direção ao proletariado. A política revolucionária tem a tarefa de separar a camada da classe média arruinada de sua camada rica e minoritária. A via é a de assumir suas reivindicações que se chocam com os interesses da burguesia e do capitalismo em decomposição. E vinculá-las ao programa do proletariado. Por sua condição plebeia, a camada pobre da classe média se vê obrigada a recorrer aos métodos da ação direta, ocupações, bloqueios e manifestações. Não por acaso, tem protagonizado importantes enfrentamentos com os governos, que a sacrifica com medidas antipopulares. Ao se lançar nesse caminho, objetivamente se coloca no campo da luta de classes do proletariado. O que torna possível formar sua vanguarda no programa e na política da classe operária.
11. Há que desenvolver o programa e a estratégia revolu-

cionária em toda parte, combatendo a burguesia, seu Estado e seus partidos. A libertação dos sindicatos do controle da burocracia pró-capitalista é uma tarefa de primeira magnitude. Os combates pela defesa consequente da vida das massas e pela derrocada do poder da burguesia dependem do proletariado concentrado na grande indústria tomar as iniciativas. Para isso, é necessário organizar sua vanguarda no partido marxista-leninista-trotskista. O trabalho sistemático de penetração do programa da revolução no seio do proletariado deve ser tratado com a máxima de precisão.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- facebook.com/massas.por -- anchor.fm/por-massas